



A PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E SEUS DESAFIOS

NO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM

Yeda Azevedo das Chagas¹

Sandra Helena da Silva²

Resumo: Este estudo teve por objetivo fazer uma análise das condições de trabalho dos assistentes sociais das áreas da saúde e assistência social no município de Parintins/AM. Os resultados são parte de uma pesquisa de iniciação científica, iniciada em agosto de 2011 e que se encerra no final de junho de 2012. Os dados indicaram que os assistentes sociais entrevistados vivenciam cotidianamente precárias condições de trabalho, o que influencia no desenvolvimento da prática profissional e na efetivação e garantia de direitos sociais como propõe o projeto ético-político da categoria.

Palavras-chave: Serviço Social, Condições de Trabalho, precarização.

Abstract: This study aimed to make a review of working conditions of social workers in the areas of health and social care in the city of Parintins / AM. The results are part of a scientific initiation research initiated in August 2011 and ending in late June 2012. The data indicated that social workers interviewed experienced daily precarious working conditions, which influences the development of professional practice and realization and guarantee of social rights as proposed by the ethical-political project category.

Keywords: social work, working conditions, casualization.

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Amazonas (UFAM) E-mail: yheda@hotmail.com

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Amazonas (UFAM) sandrahsf@gmail.com



INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho nos finais do século XX passou por inúmeras modificações, em decorrência do processo de reestruturação produtiva, que afetaram diretamente a classe trabalhadora, inclusive os assistentes sociais. Houve a ampliação do desemprego, da precarização do trabalho, da informalidade, do subemprego, fragmentação dos movimentos sindicais que passaram por um processo de cooptação e dominação por parte do capital. Os trabalhadores passaram a desenvolver múltiplas tarefas, labutar em jornadas extensas e flexíveis, viram seus salários e planos de carreiras desvalorizados e dependentes do alcance de metas quantificáveis.

As problemáticas oriundas do novo processo de produção também refletem no cotidiano dos assistentes sociais do município de Parintins, visto que o índice de espaços sócio-ocupacionais, que exigem a presença destes profissionais, tem crescido consideravelmente, em virtude das políticas de assistência social do Governo Federal para o combate a fome. Desta forma, há demandas frequentes pelo profissional de Serviço Social para atuar diretamente com as diversas refrações da questão social de forma a minimizá-las. No entanto, pesquisas sobre a temática ainda são poucas no município. Em vista disso, consiste a riqueza deste estudo.

Com o intuito de entender a realidade em que se deparam esses profissionais, este estudo tem por objetivo geral analisar as condições de trabalho dos assistentes sociais da área da saúde e assistência social no município de Parintins. Esta análise faz parte de uma pesquisa maior de iniciação científica desenvolvida na Universidade Federal do Amazonas, financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

Como abordagem metodológica optou-se pelo método quantitativo para melhor mensuração dos dados sobre as condições de trabalho do assistente social, e análise com base no referencial teórico apreendido no processo de pesquisa bibliográfica. As pesquisas foram realizadas nos espaços de trabalho dos assistentes sociais, nas Instituições que representam as Secretarias de Saúde e Assistência Social do município de Parintins/AM. Foi utilizado um formulário com 83 (oitenta e três) perguntas fechadas com 09 (nove) assistentes sociais, sendo 05 (cinco) da área da Saúde e 04 (quatro) da Assistência Social, dos quatorze presentes nas Instituições supracitadas. A pesquisa foi desenvolvida de agosto de 2011 a junho de 2012. Neste estudo são apresentados apenas os dados relativos às condições de trabalho.



As Mudanças no Mundo do Trabalho e o Assistente Social

Entender o trabalho do assistente social nos remete primeiramente ao conhecimento do trabalho como categoria fundante do ser social. O ser humano se difere de outros seres do mundo animal porque consegue ir além do padrão instintivo, é capaz de realizar trabalho porque possui racionalidade teleológica que lhe permite projetar antes de realizar uma atividade. “O trabalho é, antes de tudo, em termos genéticos, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento de suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo” (LUKÁCS, 1979 *apud* BARROCO, 2009). Enquanto atividade criadora e transformadora, o trabalho permite ao ser humano dominar o meio natural e interagir com outros homens, sendo, portanto, um ser social.

O trabalho sempre foi trabalho enquanto atividade pela qual os homens transformam a natureza e a si próprios com a finalidade de atender as suas necessidades. Porém, a forma de conceber esse trabalho, como realizá-lo, e por quem realizado é que tem variado no decorrer da história da humanidade, pois as forças produtivas se modificam constantemente, e, conseqüentemente, mudam-se as relações de produção das necessidades.

O mundo do trabalho tem passado por inúmeras transformações deflagradas, principalmente a partir da crise estrutural do capital, dos anos 1970, cuja expressão era de mudanças significativas no mundo produtivo com vistas a recuperar o ciclo de expansão do capital e reerguer seu projeto de dominação. Essas modificações no mercado internacional atingiram toda a classe trabalhadora, incluindo o assistente social, interferindo em seu fazer profissional e na efetividade do projeto ético-político da categoria.

Esse novo modelo de produtividade se configura como “um regime de produção flexível nascido desde 1973”, e se caracteriza pela nova “divisão de mercados, desemprego, divisão global do trabalho, capital volátil, fechamento de plantas industriais, reorganização financeira e tecnológica”, entre tantas outras mutações que marcam essa nova fase da produção capitalista (HARVEY *apud* ANTUNES, 2010, p.23). Quanto às condições de trabalho, passa-se a exigir o cumprimento de metas em níveis quantificáveis, incentivo ao individualismo, competição acirrada entre os profissionais, baixos níveis salariais, e desgastes físico e mental dos trabalhadores.

As determinações atuais da precarização, apontadas por Guerra (2010, p.718), evidenciam a perda de direitos, “o crescimento ou consolidação do trabalho flexível e precário em todas as sociedades e esferas, espaços ocupacionais e profissões, e [...] uma



clara desestabilização de profissões e categorias”. Além disso, é pertinente observar que essas respostas oferecidas pelo capital visam, não somente a melhoria das taxas de lucro, mas também a desmobilização da classe trabalhadora.

Essa conjuntura afeta diretamente as relações de trabalho dos assistentes sociais, seus espaços ocupacionais e demandas, bem como as condições objetivas e subjetivas do exercício profissional, favoráveis ou não à efetividade do projeto ético-político da categoria, e, sobretudo, à formação de um perfil profissional qualificado às novas exigências do mercado.

Bem como enfatiza Iamamoto (2004), o assistente social é um trabalhador assalariado, qualificado, que depende da venda da sua força de trabalho para obtenção de seus meios de vida. Este profissional em sua atuação estabelece uma tensão entre a autonomia profissional que lhe é atribuída pelos seus estatutos e a condição de assalariado que necessita vender sua força de trabalho para garantir seus meios de vida. Diante disso, os profissionais do Serviço Social, em sua maioria, tornam-se cansados e desmotivados com as condições de trabalho oferecidas para a realização de sua práxis, visto que as normas institucionais mais dificultam o acesso e o exercício dos direitos, do que contribuem para sua concretização. Esta realidade também atinge os assistentes sociais em Parintins, e talvez num grau mais elevado, visto que estão numa situação de subemprego e precariedade, como apresentado nos resultados, e pela ausência de meios regulatórios e fiscalizadores das práticas trabalhistas desenvolvidas nas Instituições.

Resultado e discussão

Os resultados da pesquisa apontam características que perfilam os assistentes sociais pesquisados. Da amostra de nove entrevistadas, todas são do sexo feminino, a maioria com idade entre 25 a 45 anos, casadas, com renda própria de 1 a 3 salários mínimos, as mesmas possuem dependentes. Quanto à formação acadêmica mais de 50% são formadas recentemente de 2006 a 2010, quatro são oriundas de Universidades Privadas, quatro de Universidade à distância e uma da Universidade Pública. A Universidade a distância é uma realidade em municípios como Parintins, distantes das grandes capitais, onde os jovens e profissionais tem como alternativa mais fácil e prática a participação nestes cursos.

O entendimento das condições de trabalho perpassa as expressões da vida cotidiana e o conjunto amplo de mediações, onde se fazem necessários o pleno conhecimento das determinações e implicações da crise estrutural do capital e sua relação com as iniciativas de resistência da classe trabalhadora.



Tabela 1 - Condições e relações de trabalho dos Assistentes Sociais do Município de Parintins - áreas: Saúde e Assistência Social (n=09).

Instituição Empregadora	F	(%)
Entidade Religiosa	1	11,11
ONG	1	11,11
Municipal	7	77,78
Números de funcionários na instituição		
1 a 19	2	22,22
20 a 99	4	44,44
100 a 499	3	33,33
Existência do setor de Serviço Social		
Não	1	11,11
Sim	8	88,89
Número de Assistentes Sociais na instituição		
De 1 a 3	6	66,67
De 3 a 5	3	33,33
Vinculação do Assistente social na instituição		
Ao Secretário Municipal de Saúde	1	11,11
Ao setor de Serviço Social	8	88,89
Tipo de vínculo empregatício		
Contrato de trabalho por prazo determinado	8	88,89
Contrato Temporário	1	11,11
Forma de inserção na instituição		
Aproveitamento	4	44,44
Indicação	1	11,11
Seleção	4	44,44

Fonte: Pesquisa de Campo, realizada no período de fevereiro a abril de 2012.

As instituições em que se encontram estes profissionais 77,78% são da esfera municipal; as frequências de 11,11% referem-se aos assistentes sociais inseridos em uma ONG que presta serviços à Secretaria de Saúde Indígena, há ainda uma profissional, 11,11% inserida em uma entidade religiosa. O aparelho estatal sempre foi reconhecido como o maior empregador dos profissionais de serviço social, este dado corrobora com a pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social no ano de 2004 (CFESS *apud* CFESS/ABEPSS, 2009) que identificou que 78,16% dos assistentes sociais atuam em entidades estatais, e 40, 97% destes estão na esfera municipal. As Organizações não governamentais também tem sido um novo espaço de trabalho para os assistentes sociais, contudo estas ainda tendem a apresentar uma precarização, com contratos de trabalho por prazos determinados, a falta de perspectiva de qualificação e crescimento profissional. Quanto aos serviços oferecidos estes passam a ser seletivos, deixando de ser direito



universal, além da paralisação e descontinuidades dos processos devido ao fim do contrato entre outras determinações.

Das instituições acima citadas, 22,22% possuem entre 1 a 19 funcionários; 44,44% das instituições apresentam intervalos de 20 a 99; 33,33% apresentam o intervalo de 100 a 499 funcionários. Estes dados já são esperados visto que Parintins é um município Polo do Baixo Amazonas. As secretarias de saúde e assistência social apresentam ainda uma estrutura em formação, a qual tem acompanhado o desenvolvimento do município e das políticas sociais, que são as maiores demandantes dos profissionais de serviço social.

No que se refere ao setor próprio para o serviço social, a maioria das Instituições 88,89% reconhecem a necessidade da privacidade e do sigilo dos processos desenvolvidos por estes profissionais. No entanto, verifica-se que 11,11%, ou seja, um assistente social que atua em um centro de saúde, não possui setor específico, a justificativa é o desenvolvimento das atividades que são realizadas em equipes interdisciplinares e desta forma dividem uma única sala. Contudo, independente do trabalho em equipe e da divisão de sala, é preciso que o assistente social, fundamentado em seu código de ética, prime pela privacidade do atendimento ao usuário e ao sigilo das informações, garantindo a segurança e confiança dos usuários quanto ao trabalho profissional do serviço social.

Nas instituições pesquisadas constatou-se que 66,67% possuem em sua equipe profissional a presença de 1 a 3 assistentes sociais, e as demais 33,33% das instituições têm de 3 a 5 profissionais de serviço social atuando regularmente. Este dado também já era previsto visto que as duas áreas pesquisadas Saúde e Assistência Social são as que mais contratam os assistentes sociais no município de Parintins.

No aspecto relativo à Assistência Social, o destaque está na criação e desenvolvimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que possibilitou ampliação dos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais. De acordo com Raichelis (2010), apesar de a assistência social ser uma das mediações mais tradicionais e persistentes do exercício profissional, considera-se que a implantação do SUAS ampliou as possibilidades de trabalho profissional, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), além de demandar o desenvolvimento de novas habilidades e competências para a gestão pública nos âmbitos da assessoria, planejamento, avaliação, monitoramento, entre outras.

No que se refere à Saúde a categoria de assistentes sociais é reconhecida legalmente pelo Conselho Nacional de Saúde por meio da Resolução nº 218, de 6/3/1997 que a integra como necessária na equipe de profissionais. Trata-se de um dos profissionais mais



requisitados nas instituições, com o objetivo de implementar as políticas de saúde, assegurar o atendimento das necessidades dos usuários, com vistas à qualidade dos serviços e integralidade das ações, garantia da cidadania, do controle social a fim de concretizar os princípios estabelecidos no Sistema Único de Saúde (SUS), juntamente com as diretrizes do projeto ético-político profissional – que norteia as ações profissionais por meio da Lei de Regulamentação da profissão e o Código de Ética.

Outra variável fundamental para analisar as condições de trabalho das assistentes sociais é o vínculo empregatício. Os dados indicam que 88,89% das profissionais entrevistadas têm contrato de trabalho por tempo determinado, e 11,11% são temporárias. Paralelamente a estes dados, vale destacar os relativos a forma de inserção dos assistentes sociais nas Instituições de Saúde e Assistência Social 44,44% ocupam seus cargos como forma de aproveitamento, ou seja, desenvolviam outras atividades e quando da formação acadêmica foram transferidas para atividades relacionadas ao serviço social; 44,44% por seleção, e 11,11% por indicação.

Os dados acima refletem claramente a situação de precariedade das condições de trabalho dos assistentes sociais em Parintins, o que não é algo recente. Desde 1987 iniciou no município a prática de serviço social nas Instituições, deste período até os dias de hoje, houve apenas um concurso público municipal em 2005, e o mesmo oferecia uma vaga com salário de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para o cargo de Assistente Social.

O vínculo empregatício da maioria dos assistentes sociais no município de Parintins 88,89% é contrato por prazo determinado, e ainda há uma assistente social que desenvolve trabalhos temporários, sem nenhum vínculo, nem mesmo por contrato, a mesma substitui assistentes sociais que se afastam do trabalho, por motivos de saúde, férias, etc. Estes dados refletem as modificações no mundo do trabalho ocorridas em fins do século XX, como parte do processo de reestruturação produtiva que, segundo Antunes (2010), gerou o desemprego estrutural, o crescimento do processo de informatização, terceirização e precarização do trabalho. Para Guerra (2010) além da precarização do exercício profissional, estas transformações no mundo do trabalho afetam as jornadas de trabalho que não seguem as legislações e determinações da categoria, os salários passam a ser flexíveis, de acordo com a produtividade, há a exigência da multifuncionalidade ou polivalência, a desespecialização e a precariedade dos espaços laborais e dos salários.

Em vista disso, entendemos que os assistentes sociais participantes da pesquisa vivenciam cotidianamente os reflexos das transformações oriundas do novo modelo capitalista de reestruturação da produção, e das políticas neoliberais que privatizam os



serviços estatais, fragmentam e fragilizam o desenvolvimento de projetos e programas sociais que se destinam a efetivação de direitos dos usuários. Os profissionais contratados por tempo determinado ou temporário nesta pesquisa estão em suas atividades por indicação ou se submeteram a processos seletivos, mesmo os que estão na situação de aproveitamento. Um parêntese no que se refere ao processo seletivo, este é baseado na análise de currículo, títulos e certificados de cursos realizados pelos profissionais. Assim, a ausência de concurso público fragiliza a atuação profissional e o desenvolvimento da práxis social.

Esta é uma realidade no município de Parintins e que a organização da categoria, através do Sindicato Estadual dos Assistentes Sociais, que tem como Presidente um assistente social do município; a Universidade pública através do ensino em Serviço Social, dos projetos de pesquisa e extensão; e o apoio e fiscalização do Conselho Regional de Serviço Social, poderão contribuir para se criar uma nova realidade para o reconhecimento e valorização do trabalho dos assistentes sociais na região.

CONCLUSÃO

As análises nos permitem considerar que esta pesquisa foi de suma importância para a construção do conhecimento acerca das condições de trabalho dos assistentes sociais do município de Parintins, particularmente, daqueles que atuam nas áreas da saúde e assistência social. Entendemos que esta produção não deu conta de analisar todos os aspectos relativos aos determinantes geradores das precárias condições de trabalho, mas este serve como um estímulo para que outros pesquisadores e até mesmo os próprios profissionais tenham interesse em continuar pesquisando na área.

As transformações do mundo do trabalho afetam diretamente a atuação do assistente social, visto que este profissional trabalha diretamente com as consequências das crises do capital e as modificações nos processos produtivos. Além de afetar por ser um trabalhador assalariado inserido no mercado de trabalho, afeta em especial na efetivação de direitos, visto que o profissional tende a trabalhar na contramão das políticas neoliberais que tendem a fragmentar, reduzir, excluir e o assistente social em sua prática luta por ampliar, incluir, libertar.

Os dados indicaram e corroboram com a literatura, no que se refere à precarização do trabalho no mundo moderno e que o assistente social de Parintins está inserido, e que se faz urgente pensar em estratégias para a efetivação da presença do assistente social nas



esferas estatais através de concursos públicos, que é uma possibilidade para que o profissional tenha maior alcance para o desenvolvimento de sua práxis social.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Produção liofilizada e a precarização estrutural do trabalho. In: **Avesso do trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador**. SANT'ANA, Raquel Santos et al. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BARROCO, Maria Lucia S. As bases sócio-históricas de constituição da ética. In: **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL & CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Parâmetros para atuação de assistentes sociais na Política de Assistência Social. Brasília, 2009.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das configurações do ensino público, privado e a distancia. In: **Crise Social: trabalho e mediações profissionais**. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, 104, p. 715-736, out/dez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: MOLINA, M.L.M. (Org.) **La cuestión social y la formación profesional em las nuevas relaciones de poder ladiversidadlatinoamericana**. San José, Costa Rica: LAETS/Espacio Ed. Escuela de Trabajo Social, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 15 ed. São Paulo, Cortez, 2008.

NETTO, Jose Paulo. **Ditadura e Serviço Social no Brasil pós-64**. 4 ed. São Paulo, Cortez, 1998.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. São Paulo, Cortez, 2010.

SEMEGHINI, Maria Inês Carpi. **Trabalho e Ser Social: uma reflexão da ontologia de GyorgyLukács**. *Contradictio*. V2, n.1, 2009.